



**ANEXO 2 - FICHA DE INSCRIÇÃO PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO
TUTELAR**

Número de Inscrição: _____

Nome: _____

Telefone: _____



Atenção: Anexar xerox documentos exigidos:

1. RG, CPF, TITULO ELEITORAL, CNH ()
2. Comprovante de residência ()
3. Comprovante de quitação com as obrigações militares ()
4. Certidões Negativas dos Distribuidores Cíveis, Criminais e Eleitoral da
Justiça Federal e Estadual dos últimos 20 (vinte) anos ()
5. Certificado de conclusão do Ensino Médio ou de curso técnico
equivalente, reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC) ()
6. Comprovante de experiência na área, mediante ao trabalho
remunerado ()
7. Comprovante de experiência na área, mediante ao trabalho não
remunerado ()
8. Anexos: _____ ()



**ILMO. SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO
ELEITORAL MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
DE PORTO REAL/RJ**

Eu, _____, brasileiro (a),
Estado Civil _____, profissão _____, residente e
domiciliado à rua _____, nº _____, bairro
_____, nesta cidade de Porto Real/RJ - portador da cédula de
identidade RG nº _____ Orgão Expedidor _____, vem pelo
presente requerer mui respeitosamente de Vossa Senhoria, o registro de minha
candidatura para pleitear uma vaga junto ao ilustre Conselho Tutelar e requerer
ainda usar o meu codinome _____, declaro que todas as informações
prestadas durante a inscrição são de minha total responsabilidade sob penas da
Lei.

Nestes termos

Pede deferimento.

Porto Real - PR, _____ de _____ de _____.

Requerente



ANEXO 3 – DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, _____,
residente na _____, Nº _____, Bairro
_____, _____, CEP: _____, inscrito (a)
no CPF sob o nº _____, DECLARO, para os devidos fins de
comprovação de residência, sob as penas da Lei (art. 2º da Lei 7.115/83), que a (o) Sr
(a). _____, portador do RG nº
_____, expedido pelo _____ e inscrito no CPF sob o nº
_____ é residente e domiciliada sito
_____, Nº _____, Bairro
_____, CEP _____.

Declaro ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na
sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

“Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele
deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que
devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a
verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco)
anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o
documento é particular.”

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do declarante